

MUNICÍPIO DE OURÉM

EDITAL

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos efeitos, que deixei hoje nos lugares públicos do estílo diversos exemplares do presente edital.

Paços do Concelho de Ourém, 27/12/2024

O Funcionário

Verascerino

-----Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, Presidente da Câmara Municipal de Ourém, torna público que, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 112 do Código de Procedimento Administrativo e em cumprimento do despacho datado de 09/12/2024, do Sr. Vereador, Dr. Humberto Antunes, ficam notificado(s) o(s) atua(s) proprietário(s), cuja identidade e morada se desconhece, do despacho de decisão de ordenar a instrução de procedimento de legalização, se admissível, no prazo máximo de 90 dias, da operação urbanística realizada na Rua João de Deus, junto ao n.º 17, na localidade de Ramalheira, União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, concelho de Ourém, que consistiu na construção de dois pilares de 0,60m x 0,60m, com cerca de 2,40m de altura, para colocação de um portão com cerca de 3,80m, confinante com a via pública, e que distam 5,50m em relação ao eixo de via, sem que haja sido emitida a devida licença para o efeito, em violação do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual. -----

-----Pelo que, urge adotar as medidas adequadas de tutela e restauração da legalidade urbanística adequadas e oportunas ao caso, nomeadamente, determinar ao(s) proprietário(s) a apresentação do pedido de legalização da operação urbanística em causa, se admissível, ou, em alternativa, a sua demolição, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 102.º e 102.º-A do RJUE com a advertência de que, não o fazendo, poderá ser determinada a posse administrativa do imóvel, a demolição do edificado e a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início das obras ou trabalhos, sendo todas as despesas imputadas ao(s) proprietário(s). -----

-----Para constar, publica-se o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.-----

-----Município de Ourém, dezasseste de dezembro de dois mil e vinte e quatro-----

O Presidente da Câmara Municipal

LUÍS MIGUEL MARQUES
GROSSINHO COUTINHO
ALBUQUERQUE

Digitally signed by LUÍS MIGUEL
MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE
Date: 2024.12.17 12:16:00
+00:00

Luís Miguel Albuquerque



MUNICÍPIO DE OURÉM

EDITAL

Câmara Municipal de Ourém
Centro Administrativo
Av. das Nações
2490-499 Ourém
Portugal
Tel. +351 249 540 900
Fax +351 249 540 908
E-mail: geral@mail.cm-ourem.pt
www.ourem.pt
Data: 17/12/2024
Assinado por: Vereador Dr. Humberto Antunes
Vereador Dr. Humberto Antunes

-----Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, Presidente da Câmara Municipal de Ourém, torna público que, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 112 do Código de Procedimento Administrativo e em cumprimento do despacho datado de 09/12/2024, do Sr. Vereador, Dr. Humberto Antunes, ficam notificado(s) o(s) atua(s) proprietário(s), cuja identidade e morada se desconhece, do despacho de decisão de ordenar a instrução de procedimento de legalização, se admissível, no prazo máximo de 90 dias, da operação urbanística realizada na Rua João de Deus, junto ao n.º 17, na localidade de Ramalheira, União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, concelho de Ourém, que consistiu na construção de dois pilares de 0,60m x 0,60m, com cerca de 2,40m de altura, para colocação de um portão com cerca de 3,80m, confinante com a via pública, e que distam 5,50m em relação ao eixo de via, sem que haja sido emitida a devida licença para o efeito, em violação do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.

-----Pelo que, urge adotar as medidas adequadas de tutela e restauração da legalidade urbanística adequadas e oportunas ao caso, nomeadamente, determinar ao(s) proprietário(s) a apresentação do pedido de legalização da operação urbanística em causa, se admissível, ou, em alternativa, a sua demolição, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 102.º e 102.º-A do RJUE com a advertência de que, não o fazendo, poderá ser determinada a posse administrativa do imóvel, a demolição do edificado e a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início das obras ou trabalhos, sendo todas as despesas imputadas ao(s) proprietário(s).

-----Para constar, publica-se o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

-----Município de Ourém, dezassete de dezembro de dois mil e vinte e quatro

O Presidente da Câmara Municipal

LUÍS MIGUEL MARQUES
GROSSINHO COUTINHO
ALBUQUERQUE

Digitally signed by LUÍS MIGUEL
MÁRQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE
Date: 2024.12.17 12:16:00
+00:00

Luís Miguel Albuquerque

